



O samba injusto e apenas “cidadão” da participação e contestação: chances eleitorais femininas nos pleitos municipais de 1996 a 2016

Gabriel Tisse da Silva, Vitor de Moraes Peixoto

A sub-representação eleitoral feminina, endêmica em quase todos os cargos eletivos do mundo, tornou-se parte das agências humanitárias na busca da paridade entre os sexos, agora na seara política. O processo de difusão das cotas eleitorais de gênero da década de 1990 teve o Brasil como um de seus signatários, debate, aliás, sem muito contrassenso. A cotas legalmente incide tanto sobre a lei aos partidos, na composição das listas, quanto ao próprio sistema eleitoral, no cálculo eleitoral. Trata-se de um instituto, a lei, votada pelos partidos mais que valem sobre eles. Política pública, Partido Político e Gênero. Esse esforço busca um aumento tanto representativo quanto simbólico cujo o fim é a cidadania e justiça. Nos propomos a um estudo macro-esdtatístico orientado pela teoria da modernização e com a interpretação normativa do conceito de representação das autoras Anne Phillips e Iris Young. Nosso recorte espacial foram os mais de 5.500 municípios e temporal foi de 1996 a 2016, duas décadas. Prosseguimos o estudo da relação entre o eixo ideológico esquerda/direita e os níveis de sucesso nas candidaturas de mulheres nos municípios brasileiros, usando clivagens regionais, de tamanho do eleitorado e de competitividade. Replicamos a análise das chances eleitorais femininas para o sistema majoritário, sem cota, para os anos de 1996 a 2016. Mensuramos quanto o desempenho eleitoral das candidaturas se deve ao partido pelo qual concorrem e as próprias características individuais dos candidatos. Testamos a influência dos gastos de campanha sobre as chances eleitorais femininas. Por fim, apresentamos dois modelos logísticos para a compreensão do impacto da variável sexo, cor e gasto. Ao que constatamos por maiores que tenha sido os esforços, proporcional e criticamente falando, tal qual Bolognesi, que se trata tanto de uma política pública redistributiva quanto um mecanismo de manutenção do status quo. Patriarcal, embora prefiramos o conceito de dominação masculina, não o fazemos por opção teórica dos autores. Quiçá, seja o financiamento um dos principais entraves a eficácia e eficiência das cotas eleitorais de gênero.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Cotas de Gênero; Competição Eleitoral.

Instituição de fomento: inclua aqui a(s) instituição(ões) de fomento (se houver).

Ex.: CNPq, FAPERJ, UENF